



## **II - DESAFIOS PARA 2016**

**Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**

**Programa de Investimentos em Logística (PIL)**

**Brasil, Pátria Educadora**

**Jogos Olímpicos e Paralímpicos - Rio 2016**

# PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem sido fundamental para o desenvolvimento e o resgate da cidadania, porque amplia a infraestrutura do País, gera empregos e democratiza oportunidades. Ademais, o desenvolvimento sustentável depende de duas variáveis associadas ao PAC: o investimento e a produtividade.

Por isso, em 2016 o PLOA reservou recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para investimentos em diversos setores, destinando dotações para ações nos três eixos do PAC e para o setor de Defesa, conforme a tabela 7.

Tabela 7 - Recursos destinados ao PAC, estruturados por eixos, 2016

(em R\$ bilhões)

EIXO	PLOA 2016
Infraestrutura Social e Urbana	25,0
Infraestrutura Logística	12,1
Infraestrutura Energética	0,5
Defesa	4,4
<b>Total dos Eixos e Defesa (A)</b>	<b>42,1</b>
Gestão e Administração do Programa (B)	0,3
<b>TOTAL (A + B)</b>	<b>42,4</b>

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

Os recursos em **Infraestrutura Social e Urbana** abrangem os investimentos do PAC com foco na melhoria das condições de vida da população nas cidades brasileiras, contemplando, além dos benefícios alcançados com a disponibilização de infraestrutura física, também as dimensões sociais, urbanas e culturais. Para este eixo estão previstos cerca de R\$ 25,0 bilhões.

São ações que impactam a vida cotidiana das pessoas, famílias, comunidades, cidades e regiões, com reflexo no desenvolvimento econômico, na promoção do bem-estar social e na garantia de direitos, e estão estruturadas nas seguintes áreas: habitação, mobilidade urbana, saneamento, prevenção em áreas de risco, recursos hídricos, equipamentos urbanos e cidades históricas. São investimentos realizados pela própria União e também em parceria com governos estaduais, municipais, entidades urbanas e rurais, companhias estaduais e municipais e setor privado, que atendem ao conjunto dos municípios brasileiros.

A partir desse conjunto de ações, os investimentos do PAC vêm transformando a vida de milhões de brasileiros, viabilizando: acesso à moradia digna e aos serviços de abastecimento de água; coleta e tratamento de esgoto sanitário; destinação adequada de resíduos sólidos; prevenção de desastres; oferta de água e energia elétrica; melhoria dos serviços de transporte coletivo urbano; recuperação de sítios históricos; e oferta equipamentos urbanos.

Nesse eixo, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi responsável por realizar o sonho da casa própria para mais de 2,3 milhões de famílias que tiveram suas casas entregues até o primeiro semestre de 2015, famílias que dificilmente conseguiriam adquirir esses imóveis sem a ajuda do Governo. Lançado em 2009, o Programa é um marco na política habitacional do País e tem o objetivo de reduzir o déficit habitacional por meio de construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais urbanas e rurais, em especial as voltadas ao atendimento da população de baixa renda. O Programa já contratou mais de 3,9 milhões de unidades habitacionais em todo o País. Para 2016, estão previstos recursos na ordem de R\$ 15,8 bilhões, sendo R\$ 15,6 bilhões para o PMCMV e R\$ 268,3 milhões para a urbanização de assentamentos precários.

As intervenções de saneamento melhoram a qualidade de vida nos centros urbanos por meio da oferta de água e a promoção de ambientes mais salubres, observadas as compatibilidades com as políticas de proteção ambiental e de desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, o PLOA 2016 prevê beneficiar famílias com o desenvolvimento de projetos relativos a: abastecimento de água, esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), proteção dos mananciais, despoluição de cursos d'água e ações de saneamento integrado. O PAC também reserva recursos para implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em Municípios de até 50 mil habitantes, com maior foco em prevenção de doenças e agravos.

Para mobilidade urbana, estão previstos recursos para apoio à implementação de empreendimentos estruturantes que proporcionem a melhoria da qualidade do transporte público e a redução do tempo de deslocamento das pessoas nas médias e grandes cidades brasileiras, além de regiões metropolitanas. Os investimentos totalizam R\$ 964 milhões e destinam-se, sobretudo, a modos de transporte de alta e média capacidade sobre trilhos, como metrô, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), monotrilho e trem urbano, e sobre pneus, como BRT (*Bus Rapid Transit*) e BRS (*Bus Rapid Service*). Também há recursos para a implantação de corredores exclusivos de ônibus e demais intervenções que complementam o sistema de transporte urbano e facilitam o tráfego dos cidadãos, como terminais de integração e corredores fluviais.

Esse eixo também reserva recursos tanto para a Preservação do Patrimônio das Cidades Históricas quanto para a inclusão digital. Neste caso, o objetivo é ampliar o acesso à internet em regiões remotas, aumentar a segurança na comunicação de dados e melhorar a interconectividade da rede brasileira com outros países. Assim, o lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC), que está em construção, é um instrumento fundamental. Ainda em 2016 será iniciada a implantação de um cabo submarino entre o Brasil e a Europa, que permitirá a ampliação da capacidade dos canais de comunicação direta. O Projeto reduzirá os custos de interconexão, ampliará a capacidade de transmissão das informações e aumentará a segurança dos dados.

O Governo Federal também investirá na expansão e recuperação dos sistemas de abastecimento de água e de irrigação em todo o País, além de realizar ações com vistas à universalização do acesso à energia elétrica nas áreas rurais. As obras de infraestrutura hídrica ampliam o acesso à água e a cobertura dos sistemas de abastecimento para consumo humano em áreas urbanas e rurais, além de contribuírem para a expansão da atividade econômica. Neste momento em que regiões brasileiras sofrem com a escassez hídrica, a estratégia para o investimento público está especialmente focada na integração entre regiões hidrográficas, seus rios e as diversas infraestruturas existentes e em execução, para viabilizar a distribuição espacial da disponibilidade de

água e a sua garantia temporal, proporcionando o abastecimento a partir de fontes perenes. Nesse contexto, o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) tem papel fundamental e revitalizar a sua bacia hidrográfica torna-se imprescindível para a sustentabilidade do projeto, por isso são ações tratadas com prioridade.

Ainda nesse eixo, com o foco voltado para as áreas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, estão previstos recursos da ordem de R\$ 2,6 bilhões, que contribuirão para assegurar mais qualidade de vida à população. Para tanto, as principais ações desenvolvidas são: Unidades de Pronto Atendimento (UPA), as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Creches e Pré-Escolas, os Centros de Iniciação Esportiva (CIE), e as ações para as Olimpíadas de 2016.

No âmbito do Ministério da Saúde, o PAC continuará apoiando o Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e a Política Nacional de Atenção às Urgências. Serão investidos R\$ 600,6 milhões em 2016 para a requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e de Unidades de Pronto Atendimento (UPA). As UBS são equipamentos que possibilitam atendimentos básicos em diversas especialidades, além de permitirem melhor organização e funcionamento dos serviços de média e alta complexidade. As UPA possuem estrutura de complexidade intermediária entre as UBS e as portas de urgência hospitalares, e contam com equipamentos de raios-x, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação, onde os médicos prestam socorro imediato e analisam a necessidade de encaminhar o paciente até um hospital ou mantê-lo em observação, possibilitando a redução nas filas nos prontos-socorros das unidades hospitalares.

Os investimentos no eixo **Infraestrutura Logística** têm como objetivo ampliar a qualidade dos serviços de transporte, para aumentar a competitividade da produção brasileira, fortalecendo a integração de cadeias produtivas e facilitando a circulação de pessoas e produtos em todo o território nacional. Além de contribuir para o crescimento da produção, esses investimentos geram empregos diretos e indiretos, funcionando como um dos grandes motores de expansão da economia brasileira. As cinco áreas que compõem este eixo (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias) são planejadas e executadas de forma complementar entre os diferentes modais, gerando soluções logísticas integradas. Por isso, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 12,1 bilhões.

Os investimentos em rodovias, no valor de R\$ 7,0 bilhões, são decisivos para o transporte de pessoas e produtos, bem como para a integração regional. Esses investimentos aumentam a cobertura geográfica das rodovias, por meio de construções e pavimentações, ampliam a capacidade da malha existente, com as duplicações e adequações, e mantêm os trechos pavimentados em condições adequadas, além de garantir a melhoria das condições de rodagem e a segurança dos usuários, por meio da manutenção e operação da malha rodoviária federal.

O Orçamento também prevê recursos para o planejamento das rodovias, dos quais boa parte destina-se a estudos e projetos nas áreas de segurança, mediante controle de pesagem e de velocidade dos veículos, além da implementação do Programa BR-Legal, que modernizará a sinalização de toda a malha brasileira, melhorando sua qualidade e trazendo mais informações e segurança para os condutores.

Para o transporte ferroviário estão previstos R\$ 2,0 bilhões, com foco no incremento qualitativo e quantitativo do transporte de cargas para escoamento da produção. Além disso, as obras ampliam a interação com o sistema portuário para otimizar a utilização da malha de transportes e reduzir custos.

O setor portuário contará com R\$ 1,1 bilhão em 2016, para melhorar as condições de acesso aos mercados internacionais e a integração produtiva da economia brasileira. Os empreendimentos priorizam a manutenção, a recuperação e a ampliação da infraestrutura; a construção e a ampliação de berços; o reforço estrutural de cais; o melhoramento da gestão dos portos e do controle do tráfego de navios; a adequação de profundidade; a recuperação de molhes de canal de acesso; e a ampliação da eficiência logística. Essas ações contribuem à competitividade dos produtos nacionais e à produtividade operacional e, com isso, dinamizam a economia e reduzem o “Custo Brasil”.

Quanto ao modal aeroportuário, a aviação brasileira tem apresentado expressivo crescimento, o que impõe a necessidade de assegurar mais confiabilidade e segurança, minimizando riscos de acidentes e gargalos operacionais. Nesse sentido, o Governo Federal destinará, em 2016, R\$ 1,8 bilhão para modernizar e expandir a infraestrutura e os serviços aeroportuários, concentrando esforços em investimentos que assegurem a capacidade de operação, a segurança e o conforto de passageiros.

No setor hidroviário, estão em andamento estudos, projetos e obras que visam à melhoria da navegação das hidrovias com o intuito de elevar a participação desse modal na matriz de transporte do País e de contribuir para a expansão do comércio exterior.

O terceiro eixo do programa, denominado **Infraestrutura Energética**, prevê investimentos de R\$ 548,9 milhões e tem como objetivo elaborar o planejamento da expansão dos setores de energia elétrica, petróleo e gás natural e pesquisas minerais através da elaboração de estudos para o aproveitamento do potencial de energia elétrica, estudos de bacias para a exploração de petróleo e gás natural e também estudos de identificação do potencial mineral nacional.

Ainda, em ciência e tecnologia, estão previstos em 2016 cerca de R\$ 403,4 milhões para investimentos na implantação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), destinado à produção de radioisótopos, com aplicação na medicina nuclear, indústria, agricultura e no meio ambiente, à ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité-BA, com vistas ao aumento da produção, e à implantação do projeto Sirius, com a construção de infraestrutura de geração de luz síncrotron voltada ao estudo da matéria.

Para o **setor de Defesa** serão investidos, no próximo exercício, cerca de R\$ 4,4 bilhões em projetos estratégicos das Forças Armadas. Destaca-se, nessa toada, a aquisição de novos helicópteros de médio porte HX-BR, que já estão atendendo, simultaneamente, as três Forças, e outras unidades estão sendo construídas na cidade mineira de Itajubá, com transferência de tecnologia francesa.

No âmbito da Força Aérea Brasileira (FAB), está em curso o Projeto KC-X, uma nova aeronave de transporte de médio porte, em parceria com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que criará melhores condições para o transporte militar, além de favorecer a inserção dessa empresa brasileira no mercado internacional.

Na mesma linha, cabe destacar a implantação do projeto de aquisição de caças Gripen NG, que permitirá a absorção de tecnologias, em parceria com a Suécia, para fabricação de aeronaves de última geração para a proteção territorial.

No que tange à Marinha, o Programa Nuclear (PNM) é pioneiro no desenvolvimento de tecnologias para o domínio do ciclo do combustível nuclear. Além disso, o PNM inclui a construção inteiramente nacional do reator do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear.

A Marinha também dará continuidade ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), em parceria com a França. O Projeto prevê a construção do primeiro submarino de propulsão nuclear e de quatro submarinos convencionais, somados à construção do estaleiro e da base naval para submarinos em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O Prosub permitirá, além da geração e manutenção de empregos no País, o conhecimento da tecnologia de projeto e construção de submarinos nucleares por técnicos brasileiros, tornando-os aptos à continuidade de outros projetos envolvendo a tecnologia nuclear.

No âmbito do Exército, destaca-se a implantação do Sistema Integrado de Fronteiras (Sisfron), com vistas a apoiar ações de vigilância nas fronteiras terrestres sob a responsabilidade das Forças Armadas. A aquisição dos Blindados Guarani, produzidos pela indústria nacional, ampliará a capacidade de emprego das Forças Armadas em situações críticas. O Projeto ASTROS 2020, também desenvolvido pela indústria nacional, ampliará a defesa terrestre, dotando o País de capacidade tecnológica na produção de sistemas de artilharia e defesa de longo alcance.

# PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA

O Programa de Investimentos em Logística (PIL) foi criado pelo Governo Federal em agosto de 2012 e juntou-se ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na tarefa de ampliar o investimento e a produtividade, superando os gargalos de infraestrutura.

Neste ano foi lançado o PIL 2015-2018 com uma nova carteira de investimentos em logística em parceria com o setor privado, que incluiu também melhoramentos regulatórios para garantir serviços de qualidade para as pessoas e para a logística de cargas.

A nova etapa do Programa prevê investimentos de R\$ 198,4 bilhões, dos quais R\$ 70 bilhões estão previstos até 2018. O PIL foi concebido a partir de três objetivos: 1. a modicidade tarifária; 2. a disponibilização de uma ampla e moderna rede de infraestrutura; e 3. a obtenção de uma cadeia logística eficiente e competitiva.

O Programa permitirá escoar com eficiência a produção agrícola crescente e reduzir os custos de logística para a indústria, permitindo uma ampliação das exportações, além de garantir a infraestrutura necessária frente ao crescimento de viagens nacionais e internacionais.

Esse conjunto possibilita ampliar a competitividade da economia brasileira, com efeitos no crescimento da renda e na geração de empregos.

No modal rodovias, o PIL prevê a concessão de aproximadamente 7,0 mil quilômetros. O investimento será da ordem de R\$ 66,1 bilhões, focado na ampliação de capacidade e na melhoria das condições e aumento da segurança das rodovias, sendo R\$ 50,8 referentes a novas concessões a serem realizadas ao longo de 2015 e 2016 e R\$ 15,3 bilhões em novos investimentos em concessões já existentes.

Adicionalmente, a segunda etapa do Programa de concessões atua de forma coordenada com a primeira e com o planejamento de longo prazo em logística.

O Programa também garantirá a aplicação de R\$ 86,4 bilhões na construção, modernização e manutenção de 7,5 mil quilômetros de linhas férreas.

O modelo de concessão mantém as premissas de ferrovias em bitola larga, com alta capacidade de transporte de cargas, traçado geométrico otimizado e velocidade elevada. Com isso, será possível resgatar o transporte ferroviário como alternativa logística.

Adicionalmente, são premissas básicas do modelo: assegurar o direito de passagem com vistas à integração das malhas das concessões existentes e novas; aprimorar a concorrência no modelo de operador verticalizado; adotar o modelo de licitação por outorga ou compartilhamento de investimento; e usar o procedimento de manifestação de interesse para desenvolver os estudos de viabilidade.

A Tabela 8 destaca alguns desses projetos de concessão de ferrovias:

Tabela 8 - Projetos selecionados do PIL para Ferrovias

Descrição	Extensão (km)	Investimentos estimados (R\$ bilhões)	Objetivo
Palmas/TO - Anápolis/GO e Barcarena/MA - Açailândia/PA	1.430	7,8	Concluir o corredor Norte-Sul, no seu trecho norte, com saídas pelos portos do Arco Norte
Anápolis/GO - Estrela d'Oeste/SP - Três Lagoas/MS	895	4,9	Concluir o corredor Norte-Sul no seu trecho sul com interligação com polo agroindustrial em Três Lagoas
Lucas do Rio Verde/MT - Miritituba/PA	1.140	9,9	Melhorar o escoamento da produção agrícola do MT pela hidrovia do Tapajós
Rio de Janeiro/RJ - Vitória/ES	572	7,8	Integrar o porto do Rio de Janeiro e os terminais privados de ambos Estados ao porto de Vitória e Tubarão

Fonte: SEPAC/MP.

As ações do PIL no modal aéreo tem os seguintes objetivos: reconstruir a rede de aviação regional; ampliar a oferta de transporte aéreo no País; e melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária para usuários. Já foram concedidos seis dos maiores aeroportos brasileiros, cujos investimentos para ampliação e modernização somam R\$ 26,9 bilhões.

Na nova etapa, estão previstas as concessões de grandes aeroportos em Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Salvador (BA) e Fortaleza (CE), a concessão de aeroportos regionais delegados e a reestruturação/modernização da Infraero, para: ampliar a infraestrutura aeroportuária; criar novos hubs regionais; trazer mais inovação e experiência de operadores internacionais; aperfeiçoar o transporte de cargas; incentivar o turismo; e elevar os índices de satisfação dos passageiros com a operação dos aeroportos

A Tabela 9 mostra os principais aeroportos a serem concedidos nesta nova etapa, com previsão de investimento de R\$ 8,4 bilhões.

Tabela 9 - Principais aeroportos a serem concedidos ao setor privado

Aeroporto	Movimentação de passageiros <sup>1</sup>	Previsão de invest. R\$ bilhões
Dep. Luiz Eduardo Magalhães – Salvador	9,2 milhões	3,0
Salgado Filho – Porto Alegre	8,4 milhões	2,5
Pinto Martins – Fortaleza	6,5 milhões	1,8
Hercílio Luz – Florianópolis	3,6 milhões	1,1

<sup>1</sup> Em 2014.  
Fonte: Sepac/MP.

Os estudos de viabilidade estão em desenvolvimento, por meio de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). Os leilões estão previstos para o início de 2016.

As ações do Programa de Investimento em Logística no modal portuário tem o objetivo de aumentar a competitividade e o desenvolvimento da economia brasileira com o fim das barreiras à entrada; do estímulo à expansão dos investimentos do setor privado; da modernização da gestão e da infraestrutura portuária; e do aumento da movimentação de cargas com redução de custos.

As medidas adotadas seguem três linhas de ação: a retomada da capacidade de planejamento no setor portuário; o aprimoramento do marco regulatório; e a realização de novos investimentos.

Os investimentos desta nova etapa do Programa de Concessões são estimados em cerca de R\$ 37,4 bilhões, sendo R\$ 11,9 bilhões em 50 novos arrendamentos, R\$ 14,7 bilhões em 63 novos TUPs e R\$ 10,8 bilhões em renovações de arrendamentos.

Os arrendamentos estão divididos em dois blocos, com o primeiro contendo 29 terminais . Desse total, 9 terminais estão no Porto de Santos, sendo cinco para grãos, dois para contêineres e dois para celulose; e 20 terminais estão distribuídos entre os portos de Vila do Conde e Santarém no Pará.

Para 2016, estão previstas as licitações do segundo bloco, contendo 21 terminais distribuídos nos portos de Suape, Aratu, Rio de Janeiro, São Sebastião, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Manaus, Santana e Itaqui.

## BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA

A prioridade deste novo mandato é fazer do Brasil uma Pátria Educadora, democratizando o acesso ao conhecimento. A adoção do lema de Governo advém da certeza de que só a educação universal de qualidade, em todos os níveis, mudará, em definitivo, as relações de desigualdade entre os brasileiros, bem como o patamar econômico, social e tecnológico do País.

A determinação política de compreender a educação enquanto recurso estratégico fundamental é acompanhada pela garantia de mais recursos e mais investimentos. Em breve, tanto os *royalties* do petróleo quanto os recursos do fundo social do pré-sal começarão a fluir em montantes expressivos para a educação.

Além disso, o Ministério da Educação (MEC) prevê, para 2016, a continuidade de diversas ações a fim de elevar o padrão de qualidade e o desempenho da educação brasileira, democratizando o acesso ao conhecimento e às oportunidades.

Dentre as iniciativas conduzidas pelo MEC, destacam-se: o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); o fomento à pós-graduação *stricto sensu* e à mobilidade internacional no âmbito do ensino superior, particularmente o Programa Ciências sem Fronteiras; o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); e as políticas de acesso ao ensino superior, em especial o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A aprovação do **PNE 2014-2024** pelo Congresso Nacional foi um marco importante nesta década. O Plano orienta as políticas educacionais do Brasil para os próximos dez anos a partir diretrizes, metas e estratégias, as quais demandarão esforço de toda a sociedade e dos entes, órgãos e entidades envolvidos com a educação.

Cabe lembrar que a política educacional dos últimos anos é concebida em uma perspectiva sistêmica que considera o ciclo educacional como um todo, sem fragmentar ou priorizar isoladamente determinados níveis, etapas ou modalidades. Dessa forma, o MEC, em consonância com o PNE, implementa ações da creche à pós-graduação, e os resultados revelam uma significativa e constante melhoria da situação educacional do Brasil, com foco na expansão e qualificação da oferta em todos os níveis e modalidades de ensino.

No tocante à educação profissional e tecnológica, o **Pronatec** tem o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta gratuita e ampliar as oportunidades educacionais aos jovens e trabalhadores. O fortalecimento e a expansão dessa modalidade, associados à elevação de escolaridade e ao universo do trabalho, da tecnologia, da cultura e do conhecimento, são requisitos fundamentais para a promoção da inclusão social e o desenvolvimento do País.

Ele também vem ao encontro das mudanças nas bases científicas e tecnológicas e nos processos produtivos que exigem investimentos em políticas educacionais, para assegurar a inserção ativa e autônoma dos trabalhadores nos processos de produção.

Cabe ressaltar que até 2014 foram realizadas mais de 8,1 milhões de matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada em todo o País, em diversas modalidades, tais como Pronatec Brasil Sem Miséria, Pronatec Viver sem Limite, Pronatec Seguro-Desemprego e Pronatec Campo, além do atendimento de estudantes de escolas públicas em cursos técnicos concomitantes ao ensino médio.

Também merece destaque a expansão de unidades e matrículas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com a implantação de 208 novas unidades entre 2011 e 2014, boa parte delas localizadas em regiões prioritárias e realmente interiorizadas, tais como Eirunepé e Tabatinga, no Amazonas. Esse esforço resultou em mais de 1 milhão de matrículas nessas instituições durante a vigência do Pronatec.

Os investimentos dos últimos quatro anos criaram a maior rede de cursos técnicos do País, alinhados com as demandas por desenvolvimento socioeconômico local. Ressalta-se, também, o compromisso dos Institutos Federais com o desenvolvimento de projetos de pesquisa, extensão e inovação, com foco na elevação da produtividade e competitividade da economia. Não obstante, é preciso consolidar essa expansão com a melhoria de infraestrutura e laboratórios, bem como a formação continuada dos servidores.

Os resultados da primeira etapa do Pronatec e a importância da qualificação dos jovens e trabalhadores para a inclusão social, contribuindo com o desenvolvimento do País, justificam a implementação de uma segunda etapa do Programa. A partir de agora, a aprendizagem profissional possui uma nova abordagem, ampliando as oportunidades de trabalho digno para a juventude, com foco nas micro e pequenas empresas. Assim, prevê-se a criação de 5 milhões de novas vagas para os próximos quatro anos.

O Governo Federal também vem expandindo suas ações de apoio e fomento à pós-graduação *stricto sensu* e à mobilidade internacional no âmbito do ensino superior, provendo o País de melhores quadros de nível técnico e científico e investindo no aprimoramento dos instrumentos de avaliação, com vistas a elevar o padrão de qualidade da educação superior.

Nesse sentido, destaca-se o **Programa Ciências sem Fronteiras**, que promove a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileiras por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O Programa oferece bolsas para que alunos de graduação e pós-graduação realizem estágio no exterior, com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação.

A meta até 2014 era oferecer 101 mil bolsas e foi ligeiramente superada com a concessão de 36.241 bolsas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e 65.205 bolsas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Desse total, a modalidade “graduação sanduíche” foi contemplada com 81%, enquanto os outros 19% destinaram-se às modalidades de “doutorado pleno”, “doutorado sanduíche” e “pós-doutorado”. Para 2016, estão previstos cerca de 13.300 bolsistas no âmbito das diversas modalidades.

O **Enem**, por sua vez, tornou-se a principal porta de entrada de estudantes em universidades públicas e privadas. Hoje, praticamente todas as universidades federais do Brasil utilizam o Exame. Algumas usam como nota complementar, outras destinando uma porcentagem de seu total de vagas, e ainda há aquelas que usam o exame como única forma de ingresso. Este ano, o Enem contou com cerca de 8,4 milhões de inscritos prevendo-se, para 2016, aproximadamente 8,5 milhões de inscritos.

Integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior, o **Sisu** é um processo unificado que seleciona os estudantes para a educação pública com base nas notas obtidas no Enem, por meio de um sistema informatizado. Em 2014, o Programa contou com a participação de 120 instituições que ofertaram 222.813 vagas, em 4.723 cursos na edição do primeiro semestre e 1.447 cursos no segundo semestre.

O **ProUni**, instituído em 2005, também amplia o acesso à educação superior por meio da concessão de bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas, em contrapartida à isenção de impostos. Em 2014, o ProUni concedeu 223.488 bolsas, tendo alcançado a marca de 1,5 milhão de estudantes atendidos.

Além disso, o **Fies** contribui com a expansão do acesso à educação superior por meio do financiamento a estudantes de instituições privadas, em cursos com avaliação positiva pelo MEC. Desde sua criação, em 1999, o Fies já atendeu a 2,45 milhões de estudantes. Destes, 1,9 milhão foi beneficiado apenas nos últimos quatro anos, superando a meta para o período em 400 mil alunos, com um investimento de R\$ 28,0 bilhões. Os aprimoramentos instituídos a partir de 2010 foram decisivos para ampliação da cobertura, em especial a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa a apresentação de fiador e institui a possibilidade de pagamento do financiamento com trabalho.

# JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016

No próximo ano, todos os olhos estarão novamente voltados para o Brasil, agora em razão dos jogos olímpicos, o maior evento esportivo do mundo. Mais uma vez teremos a honra e o orgulho de mostrar o que temos de melhor, o que nos caracteriza enquanto povo e país: temos uma economia diversificada, reduzimos as desigualdades sociais e, portanto, somos capazes de superar qualquer desafio.

Os jogos propiciarão uma convivência pacífica, harmônica e alegre entre o nosso povo, os visitantes e os atletas de todos os países. Na Copa do Mundo nós provamos que temos uma imensa capacidade de organização e, certamente, realizaremos um evento eficiente, eficaz e, além de tudo, belo; porque a sede dos primeiros jogos olímpicos da América do Sul será o Rio de Janeiro.

Quanto à organização, é de se destacar a cooperação federativa, tendo em vista que a preparação é um esforço de diálogo, responsabilização e ação compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal.

Os Jogos já estão produzindo impactos na sociedade brasileira, dado que seu protagonismo amplia a percepção das pessoas sobre a importância do esporte. A prática esportiva desenvolve habilidades associadas à convivência social, valorizando a cooperação, a superação, a disciplina e o trabalho em equipe, ativos indispensáveis para qualquer sociedade.

Além disso, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 alimentam uma agenda positiva para o País na medida em que produzem e aceleram políticas públicas de desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido, o Governo Federal tem apoiado a implantação, modernização e ampliação da infraestrutura para a realização dos Jogos e, principalmente, garantir que as duas competições deixem um amplo e duradouro legado esportivo.

As políticas de apoio ao esporte também mudaram de patamar, dentre as quais se destacam: a preparação dos atletas, particularmente o Programa Bolsa Atleta; o Plano Brasil Medalhas; a Rede Nacional de Treinamento; e o Plano de Instalações Esportivas Rio 2016.

As ações de preparação englobam financiamento de competições e treinamento no Brasil e no exterior; a contratação de comissões técnicas e equipes multidisciplinares; a aquisição de equipamentos e materiais esportivos; procedimentos médico-científicos; controle de dopagem; construção e reforma de centros de treinamento; além das bolsas.

O apoio direto aos atletas é liderado pelo Programa Bolsa Atleta, que, desde seu início, em 2005, já contemplou mais de 38 mil atletas que representam o Brasil em competições locais, nacionais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paraolímpicas. Os atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade são beneficiados com bolsas que garantem condições mínimas para que eles se dediquem, com exclusividade e tranquilidade, ao treinamento e às

competições. Atualmente, são seis as categorias de bolsas: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional, Olímpico/Paralímpico e Atleta Pódio.

O Plano Brasil Medalha tem como objetivo posicionar o Brasil entre os dez primeiros países nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos do Rio 2016. O Plano também forma novas gerações de atletas e estrutura centros de treinamentos para equipes, desde as categorias de base até o alto rendimento. É composto, ainda, pelo Programa Atleta Pódio, que beneficia os atletas com reais chances de medalhas nos Jogos Rio 2016, cujo suporte financeiro é garantido pela categoria Bolsa Pódio, para as modalidades individuais. O Plano, que aporta recurso adicional ao orçamento do esporte de alto rendimento, conta com a participação de entidades de esportes olímpicos e paralímpicos e de empresas estatais patrocinadoras de diversas modalidades esportivas.

Para que tenhamos excelência em infraestrutura e gestão esportiva, em 2016 o Ministério prosseguirá com a formação da Rede Nacional de Treinamento, política destinada à construção, ampliação, reforma e modernização da infraestrutura para o desenvolvimento e a prática de atividades esportivas de alto rendimento. Para tanto, estão sendo construídos e modernizados dezenas de centros de treinamento em diversos Estados, dentre os quais se destacam pistas de atletismo certificadas, em parceria com universidades federais, governos estaduais e prefeituras.

O Plano de Instalações Esportivas Rio 2016 assegura que os Jogos Rio 2016 serão realizados com um alto nível de excelência. Ele é composto por quatro zonas nas quais já existem instalações que cumprem as exigências olímpicas, mas também estão sendo construídas instalações adicionais de acordo com os requisitos exigidos. Assim, cada uma das quatro zonas do Plano dos Jogos vai se beneficiar de projetos alinhados às necessidades de longo prazo das comunidades locais e da cidade como um todo.

Para 2016, está previsto o valor de R\$ 900 milhões para atender às responsabilidades da União relativas à preparação e realização dos Jogos, sendo que, deste montante, R\$ 600 milhões correspondem a despesas com a implantação de infraestrutura, cuja programação compõe o PAC.